



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXVII — Nº 132

SABADO, 18 DE NOVEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 1972

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Sanitária entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Região Amazônica, firmado em Bogotá a 10 de março de 1972.

Retificação

Na publicação do Acordo que acompanhou este Decreto Legislativo, feita no DCN (Seção II) de 1-11-72:

Na página 4.143, 1.ª coluna, item VIII, ao final,

Onde se lê:

Pela República Federativa do Brasil:

Leia-se:

Pela República Federativa do Brasil: Fernando Ramos de Alencar.

SUMÁRIO DA ATA DA 147.ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

N.º 219/72 (n.º 361/72, na origem), de 14 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43/72, (n.º 2.114/70, na Casa de origem), que "dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas, e dá outras providências" (projeto que se transformou na Lei n.º 5.823, de 14 de novembro de 1972).

N.º 220/72 (n.º 362/72, na origem), de 14 do corrente, referente ao Projeto de Lei n.º 12, de 1972 (CN), do Congresso Nacional que "dispõe sobre empréstimo compulsório, em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS" (projeto que se transformou na Lei número 824, de 14 de novembro de 1972).

2.2 — Ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal

— S-49/72 (n.º 19/72-P/MC, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 72.285, de São Paulo que declarou a inconstitucionalidade do art. 1.º do Decreto n.º 51.345, de 31-1-69, na parte que deu nova redação ao § 2.º, do art. 6.º, do Decreto n.º 47.763, de 17-2-67;

— S-50/72 (n.º 22/72-P/MC, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 877, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 80, última

parte, na Constituição daquele Estado, com a redação que lhe atribuiu a Emenda Constitucional n.º 2, de 30-10-69;

—S-51/72 (n.º 23/72-P/MC, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 74.467, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 1.340, de 7-11-69, do Município de Caçapava — São Paulo.

2.3 — Requerimento

N.º 168, de 1972, de autoria do Senador Helvídio Nunes, solicitando a constituição de uma comissão de Senadores, para representar o Senado Federal na II SEMANA DO CAJU, a realizar-se na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, no período de 4 a 10 de dezembro do corrente ano.

2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se dia 20, às 19 horas, com Ordem do Dia, que designa.

2.5 — Discurso do Expediente

SENADOR EURICO REZENDE — Vitória da ARENA e o interesse do povo nas eleições de 15 de novembro.

3 — ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

Encerramento.

5 — Atas das Comissões

6 — Composição das Comissões Permanentes

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

ATA DA 147.^a SESSÃO

EM 17 DE NOVEMBRO DE 1972

2.^o Sessão Legislativa Ordinária da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NEY BRAGA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Flávio Britto — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Duarte Filho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Gustavo Capanema — Accioly Filho — Ney Braga — Lenoir Vargas — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.^o-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Restituindo autógrafo de Projetos de Lei sancionados.

- N.^o 219/72 (n.^o 361/72, na origem), de 14 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.^o 43/72 (n.^o 2.114/70, na Casa de origem), que "dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas, e dá outras providências". (Projeto

que se transformou na Lei n.^o 5.823, de 14 de novembro de 1972).

- N.^o 220/72 (n.^o 362/72, na origem), de 14 do corrente, referente ao Projeto de Lei n.^o 12, de 1972 (CN), do Congresso Nacional que "dispõe sobre empréstimo compulsório, em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS" (projeto que se transforma na Lei n.^o 5.824, de 14 de novembro de 1972).

OFÍCIOS

DO SR. PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- S-49/72 (n.^o 19/72-P/MC, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n.^o 72.285, de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1.^o do Decreto n.^o 51.345, de 31-1-69, na parte que deu nova redação ao § 2.^o, do art. 6.^o, do Decreto n.^o 47.763, de 17-2-67;
- S-50/72 (n.^o 22/72-P/MC, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.^o 877, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 80, última parte, da Constituição daquele Estado, com a redação que lhe atribuiu a Emenda Constitucional n.^o 2, de 30-10-69;
- S-51/72 (n.^o 23/72-P/MC, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido

pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal n.^o 1.340, de 7-11-69, do Município de Capapava — SP.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.^o-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

N.^o 168, de 1972

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a constituição de uma comissão de Senadores, para representar o Senado Federal na II Semana do Caju, a realizar-se na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, no período de 4 a 10 de dezembro do corrente ano. Sala das Sessões, 17 de novembro de 1972. — Helvídio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — De acordo com o disposto no § 1.^o do art. 68 do Regimento Interno, o requerimento lido figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — O Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional, através da Mensagem n.^o 68, de 1972 CN, o texto do Decreto-lei n.^o 1.245, de 6 de novembro de 1972.

Para leitura da Mensagem e demais providências iniciais de sua tramitação, convoco sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira próxima, dia 20, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — Há orador inscrito. Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem re-

visão do orador.) Sr. Presidente, dois fatos ocorreram no Estado do Espírito Santo — um até de repercussão internacional, sendo outro de relevância regional, muito aplaudido. Pela ordem cronológica, o primeiro foi o maior prêmio de loteria ocorrido no mundo, em benefício de apostadores do Município de Santa Teresa, a Teresópolis capixaba. O segundo foi a vitória maciça da ARENA nas eleições de 15 de novembro, em meu Estado.

Ali, em 1970, de maneira surpreendente, o honrado Movimento Democrático Brasileiro obtivera o comando dos dois maiores colégios eleitorais, discriminada a Capital: Vila Velha, por onde ingressaram os primeiros passos da colonização no solo espírito-santense e onde se espargiram as primeiras luzes da civilização; e Cachoeiro de Itapemirim, terra de Rubem Braga e Roberto Carlos, município pioneiro em termos de industrialização, onde se implantou a primeira fábrica de cimento no Brasil e que conserva até agora a sua importância industrial, social e política.

O MDB perdeu fragorosamente as eleições. Tivemos, ali, o prazer de contemplar a presença do eminente Senador Nelson Carneiro, Líder da digna Oposição, que usou dos recursos da curiosidade, criticando a linha de ação do Governo federal. Por coincidência ou não, nesses dois municípios, onde foi dardejada a oratória do ilustre *bâttonier* opositorista no Senado, o povo respondeu de maneira caudalosamente desfavorável às suas críticas e às suas pretensões de ver mantida a agremiação na hierarquia política daqueles dois grandes municípios do nosso Estado.

Abriendo um parêntese, embora ainda não possa afirmar, o Senador Danton Jobim, que igualmente nos deu o prazer de sua visita, deve ter sido feliz no Município de Linhares, onde os primeiros resultados indicavam, caracterizavam a perspectiva de uma vitória do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que de importante colhemos nesse pleito foi a ordem, foi a tranqüilidade, foi o espírito democrático a presidir toda a campanha eleitoral. Esta, em meu Estado, foi veemente, foi dinâmica, não teve a tisanar o seu brilho, a sua magnitude, nem a delinqüência verbal, nem o impacto da violência física. Transcorreu toda a campanha, transcorreu toda a eleição, transcorreu toda a apuração num ambiente de absoluta normalidade. Este fato merece ressaltado e aplaudido, principalmente para desmentir aqueles engenheiros do pessimismo que viviam pregando, de ponta a ponta, haver no Brasil um desinteresse generalizado pelas eleições municipais. Aqueles pregoeiros, mais uma vez, como se vezes ante-

riores não bastassem, provaram, com o seu desalento, a priori, que estão completamente divorciados do sentimento nacional.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex.ª?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Guido Mondin — Exatamente a observação desta ordem em que transcorreu a campanha, depois o pleito propriamente, levou ou levava a muitos desses arquitetos do pessimismo — como V. Ex.ª diria — a dizerem do desinteresse popular em torno das eleições. Não é exato. Não sei o que se passou nos demais Estados; absorvido como estava com a campanha no Rio Grande do Sul. Ali, pelo menos nestes dois últimos meses, foram de um fervor muito grande todos os atos de que se compôs a campanha eleitoral: comícios, programas de rádio, de televisão. O debate foi de nível, mas foi aberto, cada qual usando da sua forma de convicção ou de tentativa de convicção, mas todos sempre com grande entusiasmo. É tão verdade, nobre Senador Eurico Rezende, que no meu Estado, onde — todos sabem — as forças se equivalem, se ali fomos buscar velhos bastiões da Oposição, perdemos outros, perdemos municípios onde sempre fomos governo. Citaria o caso de Santa Cruz do Sul. Enquanto fizemos imensa maioria na Câmara Municipal, perdemos a Prefeitura. Assim aconteceu com Rio Pardo, com Caçapava do Sul e outros municípios, tudo porque, realmente, o debate foi franco, aberto, com toda aquela liberdade que, curiosamente diziam nossos opositores, não existia. Dizendo faltar liberdade, diziam o que queriam. Mas houve, é preciso dizer muitas vezes, houve interesse popular, houve calor no transcurso de toda a campanha, que teve, como fecho, um comparecimento maciço às urnas no dia 15. Votando em Porto Alegre, tive oportunidade de percorrer várias Mesas eleitorais, e em todas elas imensas filas ostentavam esse interesse, que finalmente se positivou. Não temos ainda os resultados finais, para uma análise que se fará necessária. E direi a V. Ex.ª, como meu companheiro de Partido que é, que, passadas as apurações, precisamos fazer um verdadeiro reexame de tudo, particularmente de erros cometidos. Teremos de pensar sobre o recurso das sublegendas: o que elas nos apresentam de positivo e o que nos trazem de negativo. Teremos de pensar sobre as razões que levaram a discórdias internas. O que teria motivado essa situação? Será a falta de uma consciência maior em torno da vida partidária? Estará faltando aquela doutrinação objeto de tantas discussões aqui neste Plenário? Será a falta de uma preparação maior, de uma

maturidade necessária ao exercício da política? Tudo isso, agora mais do que nunca, será levado a exame. O resultado do pleito, entretanto, tem de ser esperado, para que possamos tranqüilamente nos preparar para o restante desta nossa jornada que vai ao infinito.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço o aparte de V. Ex.ª, que traz para o debate o resultado, igualmente auspicioso para a ARENA, colhido no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, todos estes fatos aqui mencionados foram importantes, mas, no plano nacional, o que de mais relevante ocorreu foi a resposta que o povo brasileiro deu ao anúncio manifestado pelo Presidente Médici, pela intermediação do ilustre Deputado Geraldo Freire, Líder do Governo na Câmara congênere, segundo o qual o povo julgaria o seu Governo nas eleições de 15 de novembro. Este apelo do honrado Chefe da Nação, além de ter sido estampado nos jornais e nas emissoras de rádio e televisão, foi levado para os comícios de encerramento pelos oradores e porta-vozes da Aliança Renovadora Nacional, e a resposta foi altamente favorável. A estatística do resultado eleitoral respondeu, em termos de julgamento, que o povo brasileiro aplaude, incentiva e consagra o terceiro Governo da Revolução.

O noticiário da imprensa, diante dos primeiros resultados, indica que em várias e importantes Capitais a Aliança Renovadora Nacional obteve maioria nas respectivas vereanças. Estamos informados de que em São Paulo o nosso Partido se tornou majoritário, na sua Capital. Em Niterói, informava-me há pouco o eminente Senador Paulo Tôrres, também a ARENA deverá fazer maior número de Vereadores. Entendo, pela reação fisionômica do Presidente eventual, o eminente Senador Ney Braga, que em Curitiba também a ARENA deve ser majoritária. Em Florianópolis — aqui o eminente Senador Lenoir Vargas nos dá a notícia — a nossa posição é majoritária; em outras Capitais, também, o que não ocorreu em 1970, quando o Movimento Democrático Brasileiro, de um modo geral, mostrou-se majoritário nas Capitais.

Com estas considerações, Sr. Presidente, desejo, em resumo, louvar dois fatos: primeiro, o grande interesse do povo brasileiro em torno das eleições que se feriram em 15 de novembro. Segundo, o julgamento altamente favorável, pelo povo brasileiro, do Movimento Democrático Médici, que se constituiu, realmente, num estado de alma diante do povo brasileiro, não pelo engodo, não pela demagogia que caracterizaram os pleitos no passado, mas pela popularidade séria, adquirida em virtude da

prestação de um histórico, relevante e imortal serviço prestado à Nação brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)
— Não há mais oradores inscritos. A Ordem do Dia de hoje destina-se a trabalhos das Comissões.

Designo para a próxima sessão ordinária, a realizar-se segunda-feira, dia 20, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 168, de 1972, de autoria do Sr. Senador Helvídio Nunes, solicitando a constituição de uma Comissão para representar o Senado na II Semana do Caju, a realizar-se na cidade de Teresina, Piauí, no período de 4 a 10 de dezembro do corrente ano.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 461, de 1972) do Projeto de Lei do Senado n.º 48, de 1972-DF, que dá nova redação ao artigo 5.º da Lei n.º 5.775, de 27 de dezembro de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1972.

3

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 347, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1962, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1972 (n.º 39-A, de 1971, na Câmara dos Deputados). (Parecer pelo Arquivamento.)

4

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 350, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Fe-

deral S.A., relativas ao exercício de 1966, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1972 (número 41-A/71, na Câmara dos Deputados.)

(Parecer pelo Arquivamento.)

5

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 353, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1968, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 5, de 1972 (número 44-A/71, na Câmara dos Deputados.)

(Parecer pelo Arquivamento.)

6

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 355, de 1972, da Comissão de Finanças, sobre as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1969, encaminhadas ao Senado pelo Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1972 (n.º 47-A/71, na Câmara dos Deputados.)

(Parecer pelo Arquivamento.)

7

Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1972 (n.º 39-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1962.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.)

8

Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1972 (n.º 41-A/71, na

Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1966.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.)

9

Projeto de Decreto Legislativo n.º 5, de 1972 (n.º 44-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1968.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.)

10

Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1972 (n.º 47-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas da Rede Ferroviária Federal S.A., relativas ao exercício de 1969.

(Matéria prejudicada em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário na sessão de 22 de junho do corrente, quando rejeitou, por inconstitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1971, que aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

54.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1972

As quatorze horas e trinta minutos, do dia oito do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, Filinto Müller e José Augusto.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Cattete Pinheiro apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 48, de 1972 — DF, que dá nova redação ao art. 5.º, da Lei n.º 5.775, de 27 de dezembro de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1972.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Marilda Camargo Rosas, Secretária "ad hoc" a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

55.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 1972

As dezesseis horas e trinta minutos do dia oito de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Filinto Müller apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 55, de 1972, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar uma operação de empréstimo externo, destinada ao financiamento de trechos prioritários do Programa Rodoviário Estadual.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Marilda Camargo Rosas, Secretária "ad hoc" a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

56.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 1972

As onze horas e trinta minutos, do dia nove de novembro, do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor

Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, José Lindoso e José Augusto.

É lida e aprovada ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Filinto Müller apresenta as seguintes Redações Finais:

a) do Projeto de Resolução n.º 56, de 1972, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar, através da Companhia Riograndense de Telecomunicações — CRT — uma operação de crédito externo destinada à complementação dos recursos necessários à execução de obras para a expansão de seus serviços;

b) do Projeto de Resolução n.º 57, de 1972, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a realizar uma operação de empréstimo externo, destinada ao financiamento da execução do Programa Rodoviário Estadual;

c) do Projeto de Resolução n.º 58, de 1972, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo, destinada ao financiamento parcial do Programa de Obras do Estado.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Marilda Camargo Rosas, Secretária, "ad hoc" a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
<p>Presidente: Petrônio Portella (ARENA — PI)</p> <p>1.º-Vice-Presidente: Carlos Lindenberg (ARENA — ES)</p> <p>2.º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB)</p> <p>1.º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR)</p> <p>2.º-Secretário: Clodomir Milet (ARENA — MA)</p> <p>3.º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS)</p>	<p>4.º-Secretário: Duarte Filho (ARENA — RN)</p> <p>1.º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA)</p> <p>2.º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB)</p> <p>3.º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC)</p> <p>4.º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL)</p>	<p>Lider: Filinto Müller (ARENA — MT)</p> <p>Vice-Líderes: Ruy Santos (ARENA — BA) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO) Benedito Ferreira (ARENA — GO)</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA</p> <p>Lider: Nelson Carneiro (MDB — GB)</p> <p>Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Adalberto Sena (MDB — AC)</p>

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

SUPLENTES**ARENA**

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTES**ARENA**

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

SUPLENTES**ARENA**

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTES**ARENA**

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSAO DE ECONOMIA — (CE)

11) Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSAO DE EDUCACAO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSAO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto Nelson Carneiro
 Franco Montoro
 Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSAO DE LEGISLACAO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
 Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Arnon de Mello	Paulo Guerra
Lulz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domicio Gondim	
Orlando Zancaner	

MDB

Benjamin Farah	Danton Jobim
----------------	--------------

MDB

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
 Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

MDB

Danton Jobim	Adalberto Sena
--------------	----------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castelo-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

MDB

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
 Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES

SUPLENTE

ARENA

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

MDB

Adalberto Sena	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tórres
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guiomard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

Alexandre Costa
Orlando Zancaner
Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA
DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

SUMULÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Sobre a Correção Monetária, advinda com a Lei nº 4.686, de 1965, acaba de ser publicada uma coleção de acórdãos do Excelso Supremo Tribunal Federal. Trabalho organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins, ambos autores de várias obras sobre a Jurisprudência daquela Alta Corte.

Este novo trabalho, acompanhado de todas as Leis inerentes ao assunto, é apresentado com uma bela e judiciosa apreciação do eminente professor Pereira Lira, que sobre o mesmo diz, textualmente, da sua necessidade para os que militam na Justiça.

ROTEIRO: Jurisprudência (acórdãos) — Legislação Citada — Índice Alfabético Remissivo — Índice Numérico dos Julgamentos — Índice da Legislação Citada.

São dois volumes, num total de 960 páginas

PREÇO Cr\$ 60,00

NOVO CÓDIGO PENAL

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma Seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.ª PARTE: Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940); — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69, Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40, e Legislação Correlata.

Preço: Cr\$ 15,00

NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR e NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26, publica as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO — "Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia" (Senador Joséphat Marinho) — "Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas" (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de Iniciativa das Leis" (Professor Roberto Rosas) — "O Sistema Representativo" (Professor Paulo Bonavides).

CÓDIGOS — "Código Penal Militar" 1.ª Parte: I — Anteprojeto do Código Penal Militar (autor: Ivo d'Aquino); II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.ª Parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.000, de 21-10-69 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44 (Ana Valdez Ayres Neves de Alencar). — "Código do Processo Militar" — "Lei Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

PUBLICAÇÕES — Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Volume com 430 páginas, preço Cr\$ 10,00

Os pedidos devem ser endereçados ao **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL** — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário; nominal, visado, e pagável na praça de Brasília.

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos;

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

“Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.”

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

“Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.”

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenéo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr.ª Atyr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companheira

Ana Valdez A. N. de Alencar

Polição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominiais — Insuscetibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO

Homenagem

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 389

Prof. Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA

O Senado do Império e a Abolição

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

Consolidação das Leis do Trabalho

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podéres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.508
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20